

## Questão Discursiva 03975

A remuneração de alguns servidores de determinada categoria de funcionários públicos estaduais do Poder Executivo é composta, entre outras verbas, por uma Gratificação de Atividade Especial (GAE), estipulada em 10% dos vencimentos básicos. Lei Estadual transforma a GAE em Gratificação de Atividade Local (GAL) e transforma-a em valor fixo. A transformação é legal? Qual o fundamento dessa legalidade? Quais os requisitos da modificação para se revestir de legalidade?

### Resposta #007381

Por: Sniper 23 de Fevereiro de 2024 às 10:46

A transformação é legal desde que seja feito por lei específica, segundo o art. 37, inciso X da Constituição Federal. Ou seja, a Lei que criou a gratificação seja a GAE e a que a transformou GAL, não podem ser fixados por ato infralegal.

Logo, o requisito para que seja revestido de legalidade em tema sobre remuneração de servidor público é a sua previsão sob a égida de lei específica.